

Demonstrações Financeiras “carve-out”

**Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina
(Projeto Guri na Capital e Grande São
Paulo)**

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstrações financeiras “carve-out”

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Demonstração do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”

Aos
Administradores e Diretores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, gestora do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo (“Entidade”), filial da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (“Associação”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros ITG 2002-(R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out””. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração dos demonstrativos e restrição sobre distribuição e uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 que descreve a base elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”. As demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas pela administração da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina com o propósito específico de determinação da posição patrimonial e financeira do contrato de gestão do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo. Consequentemente, essas demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser, necessariamente, um indicativo de performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica, bem como podem não ser adequadas para outras finalidades.

Nosso relatório destina-se para utilização da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e o do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Auditoria valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2023, com uma opinião sem modificação, apenas outros assuntos relativo à Demonstração do valor adicionado, apresentado de forma espontânea pela Administração da Associação e Ênfase sobre base de elaboração e restrição sobre o uso e distribuição.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras “carve-out” e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras “carve-out” individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC-SP-034519/O



Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador CRC-292795/O

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.479.078	13.951.125
Recursos restritos vinculados a fundos	5	1.529.780	974.287
Adiantamentos diversos	6	796.708	676.356
Estoques	7	370.688	496.876
Despesas antecipadas		28.194	23.076
Total do ativo circulante		4.204.448	16.121.720
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	8	451.372	294.581
Total do realizável a longo prazo		451.372	294.581
Imobilizado	9	14.187.172	3.233.379
Ativo de direito de uso	10	1.673.907	-
Total do ativo não circulante		16.312.451	3.527.960
Total do ativo		20.516.899	19.649.680

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	926.936	884.424
Passivo de arrendamento	10	525.604	-
Obrigações sociais e trabalhistas	12	705.351	576.250
Provisão de férias e encargos	13	1.798.973	1.677.907
Obrigações tributárias		320.456	113.788
Projetos a executar	14	-	11.772.119
Fundos de reserva/contingência	15	1.529.780	974.287
Outras contas a pagar		19.943	91.103
Total do passivo circulante		<u>5.827.043</u>	<u>16.089.878</u>
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	16	2.545	50.423
Recursos aplicados em ativos imobilizados	17	14.187.172	3.233.379
Provisão para outras obrigações a pagar		430.628	276.000
Passivo de arrendamento	10	1.167.122	-
Total do passivo não circulante		<u>15.787.467</u>	<u>3.559.802</u>
Patrimônio líquido	18		
(Déficit) do exercício		<u>(1.097.611)</u>	-
Total do patrimônio líquido		<u>(1.097.611)</u>	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>20.516.899</u>	<u>19.649.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão	20	34.199.576	32.984.053
Trabalhos voluntários	3.p	96.623	85.741
Outras receitas operacionais		67.064	-
		34.363.263	33.069.794
Total das receitas Operacionais		34.363.263	33.069.794
Custos e despesas operacionais			
Pessoal e encargos	21	(29.053.387)	(26.516.994)
Serviços prestados por terceiros	22	(2.543.253)	(3.079.354)
Despesas gerais	23	(2.241.693)	(2.003.977)
Locações	24	(683.534)	(959.838)
Depreciação do direito de uso	10	(413.113)	-
Depreciações	9	(183.488)	(209.123)
Impostos e taxas		(164.328)	(156.272)
Provisão para contingências		(19.701)	(41.800)
Trabalhos voluntários	3.p	(96.623)	(85.741)
		(35.399.120)	(33.053.099)
Total dos custos e despesas operacionais		(35.399.120)	(33.053.099)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(1.035.857)	16.695
Despesas financeiras		(62.760)	(18.221)
Receitas financeiras		1.006	1.526
Resultado financeiro líquido	25	(61.754)	(16.695)
(Déficit) do exercício		(1.097.611)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Déficit) do exercício	(1.097.611)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.097.611)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	Patrimônio social	Resultado do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
Incorporação do (déficit) / superávit do ano anterior ao patrimônio social Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Incorporação do (déficit) / superávit do ano anterior ao patrimônio social (Déficit) do exercício	-	(1.097.611)	(1.097.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>(1.097.611)</u>	<u>(1.097.611)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.097.611)	-
Ajustes por:		
Constituição de provisão para contingências	19.701	41.800
Depreciações - imobilizado	183.488	209.123
Depreciação do direito de uso	413.113	-
Juros sobre arrendamento mercantil	28.940	-
Provisão para outras obrigações a pagar - Processo IPTU	154.628	143.433
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Reclassificação de caixa para recursos restritos vinculados a fundos	(555.493)	-
Reclassificação de recursos restritos vinculados a fundos para caixa e equivalentes	-	1.796.717
Estoques	126.188	(20.889)
Adiantamentos diversos	(120.352)	(77.036)
Despesas antecipadas	(5.118)	(329)
Depósitos Judiciais	(156.791)	(157.400)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	42.512	866.993
Obrigações sociais e trabalhistas	129.101	171.915
Provisão de férias e encargos	121.066	207.865
Obrigações tributárias	206.668	89.361
Juros pagos de arrendamentos	(28.940)	-
Contingências pagas	-	(76.359)
Baixa da provisão de contingência	(67.579)	-
Projetos a executar	(11.772.119)	(4.541.106)
Fundos de reserva/contingência	555.493	(1.796.717)
Outras contas a pagar	(71.160)	85.642
Recursos aplicados em ativos imobilizado	(183.879)	(209.123)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(12.078.144)	(3.266.110)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos aplicados na aquisição de ativos imobilizados	11.137.672	2.603.951
Baixas do ativo imobilizado	391	-
Adições no imobilizado	(11.137.672)	(2.603.951)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	391	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de arrendamentos (principal)	(394.294)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(394.294)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(12.472.047)	(3.266.110)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.951.125	17.217.235
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.479.078	13.951.125
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(12.472.047)	(3.266.110)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais brutas		
Recursos do contrato de gestão	34.266.640	32.984.053
Com doações, verbas e outras receitas operacionais	96.623	85.741
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(2.639.876)	(3.165.095)
Despesas administrativas e gerais	(2.261.394)	(2.045.777)
Valor adicionado bruto	29.461.993	27.858.922
Retenções		
Depreciação e amortização	(183.488)	(209.123)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	29.278.505	27.649.799
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.006	1.526
	1.006	1.526
Valor adicionado total a distribuir	29.279.511	27.651.325
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal & Remuneração	29.053.387	26.516.994
Salários	18.419.274	16.799.893
Benefícios	4.257.654	3.673.651
Encargos	6.376.459	6.043.450
Impostos, taxas e contribuições	164.328	156.272
Municipais	156.418	1.672
Estaduais	-	143.433
Federais	7.910	11.167
Remuneração de capitais de terceiros	1.159.407	978.059
Aluguéis e despesas financeiras	1.159.407	978.059
Remuneração de capitais próprios	(1.097.611)	-
Déficit do exercício	(1.097.611)	-
Total valor adicionado	29.279.511	27.651.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (“Associação”), constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que possui como finalidade o desenvolvimento de serviços, programas e projetos socioassistenciais dirigidos às famílias em situações de vulnerabilidade ou risco pessoal e social em consonância com o conjunto de políticas públicas que garantam direitos e respondam às diversas e complexas necessidades da vida social, de modo a formar pessoas para a vida e para a sociedade, por meio da formação e difusão musical.

1.1. Plano da Administração

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina apresentou nas demonstrações financeiras “carve-out” que contemplam os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes a execução do Contrato de Gestão 04/2023, do Projeto GURI na Capital e na Grande São Paulo, um déficit de R\$1.097.611,00 (Um milhão, noventa e sete mil, seiscentos e onze reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme consta da Demonstração do Resulto do Exercício da entidade. No correspondente Balanço Patrimonial, o passivo circulante da Entidade excedia o ativo circulante em R\$1.622.595,00 (Um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais) bem como o Patrimônio Líquido apresentou saldo negativo de R\$1.097.611,00 (Um milhão, noventa e sete mil, seiscentos e onze reais) no exercício.

A execução do Contrato de Gestão 04/2023 iniciou-se em janeiro de 2023. Quando da elaboração da documentação para a participação no certame relativo ao chamamento público para a gestão do contrato em vigor, a SMC elaborou, entre outros, um documento chamado de “Premissas Orçamentárias”, sendo que em tal documento consta todo o racional efetuado pela SMC para se chegar à proposta orçamentária apresentada à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (SECEIC/SP). Em tais premissas, foi provisionado pela SMC um reajuste salarial de 3,5% (três e meio por cento), sendo que, o reajuste concedido para a categoria nos termos da legislação aplicável foi de 5,47%. A SMC, buscando ao máximo a economicidade em sua gestão e tendo em vista os pilares da administração pública e os dispositivos norteados pelo Contrato de Gestão, também procedeu na tentativa de obtenção da certificação do CEBAS. Entretanto, tal tentativa não logrou êxito em 2023, ficando a SMC desassistida em relação aos benefícios dessa certificação.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Plano da Administração--Continuação

No tocante as circunstâncias acima, a Santa Marcelina Cultura (SMC) fez o registro da necessidade de um acréscimo financeiro suficiente para suportar tais obrigações por meio de ofício à Secretaria, no qual solicitou a realização de um aporte suplementar de recursos no valor de R\$1.301.827,00 (Um milhão, trezentos e um mil, oitocentos e vinte e sete reais).

A expectativa da direção quanto ao recebimento dos valores complementares necessários ao Contrato de Gestão 04/2023 é que o mesmo ocorra em 2024, o que trará a possibilidade de melhores resultados e o equilíbrio econômico-financeiro nos exercícios subsequentes.

1.2. Do novo Contrato de Gestão

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por força do Contrato de Gestão nº 04/2017 celebrado com o Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo, operacionalizou a gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, entre os período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

Em vista do término do citado contrato em 2022, o Estado de São Paulo, por meio do Secretario da Cultura e Economia Criativa promoveu nova Convocação Pública para recebimento de propostas de entidades privadas sem fins lucrativos, que possuam qualificação como Organização Social de Cultura, interessadas em celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa para o gerenciamento do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo. As regras e condições constaram da Resolução SC nº 43/2022, de 11 de outubro de 2022.

De acordo com o publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17/12/2022, na página 37, com base nos Pareceres Técnicos emitidos pela Unidade de Formação Cultural e pela Unidade de Monitoramento, por meio do Processo SCEC-PRC-2022/00929 e nos termos do disposto no Artigo 21 da Resolução SC nº 43, de 11 de outubro de 2022, foi declarada como vencedora a Organização Social de Cultura, Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, CNPJ 10.462.524/0001-58, para gerenciamento do "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo". Para tanto foi celebrado o novo Contrato de Gestão sob o nº 04/2023, com vigência de 01/01/2023 até 31/12/2027.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Guri na Capital e Grande São Paulo

No Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, a criança começa a ser atendida aos 6 anos, na iniciação musical. É por meio de atividades lúdicas e práticas que os usuários dão seus primeiros passos. Depois da iniciação vêm as formações sequenciais sequenciais, em que meninos e meninas, a partir dos 10 anos, estudam canto ou instrumento, além de coral, prática de conjunto e teoria musical - tudo isso por meio de aulas coletivas. Voltado para crianças e adolescentes, o programa proporciona a oportunidade de crescimento cultural e inclusão social, por meio de uma educação musical de qualidade apoiada por um trabalho social efetivo. Sempre apostando na plena capacidade de desenvolvimento do ser humano, o Guri oferece não apenas uma rede de apoio para seus crianças e adolescentes, mas também para seus familiares e comunidades nas quais o programa atua. Desde 2008, o Guri na Capital e na Grande São Paulo é gerido pela Santa Marcelina Cultura. Além do ensino cotidiano nos diversos polos de ensino, as crianças e adolescentes que queiram aprofundar seus desafios artísticos podem participar dos Grupos Infantis e Juvenis, onde, com ensaios e performances, se preparam para uma vivência cultural ainda mais ampla. Esses grupos, formados por crianças e adolescentes de diversas regiões da cidade e da Grande São Paulo, se apresentam em importantes espaços culturais, como teatros, CEUs, igrejas e museus.

1.4. Da obra em Andamento

Em 2023 houve uma significativa variação no fluxo de caixa da entidade, bem como no grupo do Ativo Imobilizado, devido ao grande avanço da obra que está sendo realizada no Polo Brooklin, que consumiu recursos disponibilizados em 2022 pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo. Informações adicionais estão dispostas na nota explicativa nº 8 que trata do grupo do Imobilizado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras “carve-out”

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

a) Declaração de conformidade--Continuação

As demonstrações financeiras “carve-out” que estão sendo apresentadas, contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes ao contrato de gestão do “Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo” (“Projeto Guri” ou “Entidade”) gerido pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, aqui nestas demonstrações financeiras “carve-out” denominada simplesmente “Mantenedora”, os quais são controlados e operacionalizados por meio de centros de custos pela controladoria da Associação.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial da Associação como um todo (operações e resultados das demais filiais ou da sede-matriz, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de cultura nos projetos por meio de contratos de gestão ou contratos de colaboração de outras filiais que não o Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo).

No modelo de contrato de gestão, ao aproximar-se do término do contrato vigente, o ente público abre convocação pública nos termos da lei complementar 846/1998 para uma nova contratação, podendo a Organização Social gestora atual também participar do certame. Caso a Organização Social gestora atual não seja a vencedora ou decline de participar da convocação pública, os bens, direitos e deveres atinentes ao Contrato de Gestão serão sub-rogados pela Organização Social vencedora. Caso a Organização Social atual manifeste interesse em descontinuar o contrato mediante notificação prévia, os referidos bens, direitos e deveres são devolvidos ao ente público.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras “carve-out” do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Associação em 08 de março de 2024.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras “carve-out” são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

c) Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Entidade possui recursos com restrição de uso vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos ou com restrição representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

b) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente a suprimentos musicais e materiais de escritório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, é avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Imobilizado--Continuação

i) *Reconhecimento e mensuração*--Continuação

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Instalações	10
Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instrumentos musicais	10
Ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Telefones	10

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Imobilizado--Continuação

iii) *Depreciação*--Continuação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.

d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2023, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

e) Arrendamentos

No início de um contrato, a Entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/NBC TG 06(R3).

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Arrendamentos--Continuação

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Entidade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Entidade.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Arrendamentos--Continuação

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

f) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g) Obrigações trabalhistas

Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Provisões, passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Entidade não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

j) Projetos e fundos a executar

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos, é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar, fundo de reserva ou fundo de contingência no passivo circulante.
- **Consumo do passivo de projetos a executar:** São registrados os consumos por meio de conta redutora do passivo, quando da realização de uma receita em bases sistemáticas com a despesa que pretende compensar.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Subvenções governamentais - Projetos e fundos a executar--Continuação

- Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos, pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

k) Fundos de reserva e de contingência

Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante.

i) *Fundo de reserva*

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração da SMC, o valor será composto por 3% do total de recursos financeiros repassados pelo Estado, incidente sobre as parcelas dos 2 (dois) primeiros anos do Contrato de Gestão, e poderá ser utilizada:

- (a) Na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria, condicionada à prévia aprovação pelo citado conselho, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria; ou,
- (b) No último ano de vigência do presente contrato, caso não ocorra a reversão dos recursos do Fundo de Reserva a que alude a Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, alínea “b”, do Contrato de Gestão, para custeio das metas do plano de trabalho, o saldo da conta de reserva deverá, após o pagamento da última parcela do Contrato de Gestão, ser revertido para a conta de repasse.

ii) *Fundo de contingência*

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor será composto pela aplicação do percentual de 0,5% do valor global repassado pela Secretaria ao longo da vigência do Contrato de Gestão, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea “g” do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Fundos de reserva e de contingência--Continuação

ii) *Fundo de contingência--Continuação*

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado o que dispõe a cláusula sétima, parágrafo sétimo:

- (1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.
- (2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.
- (3) Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.
- (4) No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.
- (5) Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência, após o pagamento dos custos de desmobilização, eventuais despesas de encerramento ou liquidação das contingências, será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída;

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Fundos de reserva e de contingência--Continuação

ii) *Fundo de contingência--Continuação*

- (6) Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.
- (7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

l) Recursos aplicados em ativos imobilizados (receita diferida)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são realizadas ao resultado do exercício segundo o regime de competência em base sistemática em confronto com a depreciação do bem imobilizado ao longo de sua vida útil estimada, em atendimento ao CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)).

m) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição.

Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, do art. 3º, II da Lei Complementar nº 187 de 2021 e, do art. 2º, I, "a", da Lei 13.019/2014 (MROSC), a Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado à entidades beneficente sem fins econômicos e lucrativos, que possuam a Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S, se a lei exigir e, de preferência constituída pelas Religiosas Profetas, Irmãs de Santa Marcelina" conforme for fixado pela Assembleia Geral.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

m) Patrimônio líquido--Continuação

A Organização Social aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. Os recursos financeiros destinados à Organização Social são providos em sua maior parte, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa *do Estado de São Paulo*, neste sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas por este órgão governamental para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro.

n) Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

o) Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

p) Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Em 31 de dezembro de 2023, a entidade reconheceu como voluntariado os trabalhos realizados pela Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração das Organizações Sociais. Após atualização da estimada valoração das horas dedicadas por cada membro dos citados órgãos, foi realizado um rateio entre os 3 projetos geridos por meio de contrato de gestão e a matriz/mantenedora, sendo que esta última não foi incluída no rateio do Conselho de administração, tendo em vista suas atividades decorrerem do previsto na Lei 846/1998 e visam atender somente os projetos oriundos dos Contratos de Gestão.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2022 e 2021 a Entidade não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

i) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

ii) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

q) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

ii) Desreconhecimento--Continuação

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, incluindo operações de hedge.

r) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre ativos financeiros para negociação (aplicações financeiras). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

s) Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 26.

t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) *Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)*

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade.

b) *Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante*

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

u) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

b) *Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante--Continuação*

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Entidade está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

As alterações não terão impactos na prática atual e até o momento não ocorreu renegociação de empréstimo existentes.

c) *Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7*

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

u) Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

d) *Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2023*

A Associação fez a avaliação e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12
- Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras “carve-out”, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)) e;

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

i) Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

- Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 16).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras “carve-out” em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros

Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e recursos restritos vinculados a fundos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	696.936	-
Aplicações financeiras	782.143	13.951.125
Recursos restritos vinculados a fundos (nota explicativa nº 15)	1.529.780	974.287
Total de recursos em aplicações financeiras	<u>3.008.859</u>	<u>14.925.412</u>

As aplicações financeiras são recursos vinculados aos projetos, referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Essas aplicações são substancialmente certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As remunerações das aplicações financeiras renderam juros que variaram de 47,11% a 94,23% do CDI em 2023 (em 2022 a remuneração foi de 54,85% a 84,25% do CDI).

Os recursos restritos vinculados a fundos referem-se aos recursos aplicados financeiramente pela Entidade e que somente poderão ser utilizados nas previsões específicas de cada um dos fundos (reserva e contingências) que a Entidade constituiu (vide notas explicativas nº 3j e nº 15).

6. Adiantamentos diversos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento de férias (a)	720.922	580.524
Outros adiantamentos	75.786	95.832
	<u>796.708</u>	<u>676.356</u>

(a) A Entidade utiliza para o processamento de folha, sistema informatizado que realiza o cálculo de descontos das provisões de férias, adiantamentos e dos respectivos encargos sociais incidentes pelo método *pró-rata*, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias, desse modo o valor da provisão de férias, adiantamentos de férias e respectivos encargos incidentes apresenta saldos maiores no ativo (adiantamentos de férias) e passivo (provisão de férias e respectivos encargos) no encerramento do exercício.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Suprimentos musicais	286.516	410.405
Material de escritório	60.718	56.296
Demais estoques	23.454	30.175
	<u>370.688</u>	<u>496.876</u>

Não foram identificados no estoque da entidade quaisquer itens que tenham sofrido obsolescência e/ou deterioração que pudesse incorrer em perda ou redução ao valor recuperável.

8. Depósitos Judiciais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósito recursal trabalhista	20.744	18.581
Depósitos judiciais – IPTU (a)	430.628	276.000
	<u>451.372</u>	<u>294.581</u>

- (a) Trata-se de ação anulatória de débitos fiscais sob o n.º104734-79.2021.8.26 ajuizada pelo proprietário e locador do imóvel, onde a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina é locatária, em face da Prefeitura Municipal de São Paulo, cujo objeto do pedido é a redução do aumento do IPTU que se deu de forma demasiada. Como no contrato de locação a Associação é a responsável pelo pagamento do IPTU, a mesma figura na citada ação como terceira interessada e, tem realizado os depósitos judiciais dos valores correspondentes a integralidade do IPTU, na expectativa de, sendo proferida decisão em favor do proprietário, os correspondentes valores tidos como pagos a maior pelo juízo sejam reavidos.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2023	2022
Instalações	10%	35.258	(35.258)	-	-
Equipamentos	10%	307.809	(256.565)	51.244	54.014
Móveis e utensílios	10%	430.582	(427.803)	2.779	5.315
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos musicais	10%	4.392.895	(4.011.654)	381.241	550.017
Ferramentas	10%	385	(385)	-	-
Computadores e periféricos	20%	293.883	(275.904)	17.979	1.487
Telefones	10%	16.750	(16.750)	-	-
Obras em andamento (a)	-	13.733.929	-	13.733.929	2.622.546
Total		<u>19.576.183</u>	<u>(5.389.011)</u>	<u>14.187.172</u>	<u>3.233.379</u>

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Redução ao valor recuperável (impairment)	Saldo em 31/12/2023
Custo						
Instalações	35.258	-	-	-	-	35.258
Equipamentos	310.481	7.251	(9.923)	-	-	307.809
Móveis e utensílios	454.844	-	(24.262)	-	-	430.582
Veículos	364.692	-	-	-	-	364.692
Instrumentos musicais	4.413.162	-	(20.267)	-	-	4.392.895
Ferramentas	385	-	-	-	-	385
Computadores e periféricos	281.081	19.038	(6.236)	-	-	293.883
Telefone	16.750	-	-	-	-	16.750
Obras em andamento (a)	2.622.546	11.111.383	-	-	-	13.733.929
Total custo	8.499.199	11.137.672	(60.688)	-	-	19.576.183
Depreciação						
Instalações	(35.258)	-	-	-	-	(35.258)
Equipamentos	(256.467)	(9.671)	9.573	-	-	(256.565)
Móveis e utensílios	(449.530)	(2.494)	24.221	-	-	(427.803)
Veículos	(364.692)	-	-	-	-	(364.692)
Instrumentos musicais	(3.863.144)	(168.777)	20.267	-	-	(4.011.654)
Ferramentas	(385)	-	-	-	-	(385)
Computadores e periféricos	(279.594)	(2.546)	6.236	-	-	(275.904)
Telefone	(16.750)	-	-	-	-	(16.750)
Total depreciação	(5.265.820)	(183.488)	60.297	-	-	(5.389.011)
Saldo líquido	3.233.379	10.954.184	(391)	-	-	14.187.172

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Redução ao valor recuperável (impairment)	Saldo em 31/12/2022
Instalações	35.258	-	-	-	-	35.258
Equipamentos	281.862	28.619	-	-	-	310.481
Móveis e utensílios	454.844	-	-	-	-	454.844
Veículos	364.692	-	-	-	-	364.692
Instrumentos musicais	4.298.878	114.284	-	-	-	4.413.162
Ferramentas	385	-	-	-	-	385
Computadores e periféricos	279.459	1.622	-	-	-	281.081
Telefone	16.750	-	-	-	-	16.750
Obras em andamento (a)	163.120	2.459.426	-	-	-	2.622.546
Total custo	5.895.248	2.603.951	-	-	-	8.499.199
Depreciação						
Instalações	(34.833)	(425)	-	-	-	(35.258)
Equipamentos	(242.180)	(14.287)	-	-	-	(256.467)
Móveis e utensílios	(445.547)	(3.983)	-	-	-	(449.530)
Veículos	(364.692)	-	-	-	-	(364.692)
Instrumentos musicais	(3.672.902)	(190.243)	-	-	-	(3.863.144)
Ferramentas	(351)	(34)	-	-	-	(385)
Computadores e periféricos	(279.442)	(151)	-	-	-	(279.594)
Telefone	(16.750)	-	-	-	-	(16.750)
Total depreciação	(5.056.697)	(209.123)	-	-	-	(5.265.820)
Saldo líquido	838.551	2.394.828	-	-	-	3.233.379

(a) Refere-se aos gastos com obras para Reforma e adequação do “Núcleo Maestro Eleazar de Carvalho”, denominado “Polo Brooklyn”, que possui previsão orçamentaria na importância de R\$12.294.708, cujo valores foram integralmente recebidos, e a obra já está em estágio de conclusão, com previsão de disponibilidade para uso em fevereiro 2024.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do novo Contrato de Gestão nº 04/2023, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: "Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão."

Em face da obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou à Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 072/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providências da Secretaria para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

10. Ativo direito de uso e passivo de arrendamento

A Associação possui contrato de aluguel (arrendamento mercantil) para aluguel convencional, com prazo médio de 3 anos e opção de renovação. Este contrato é abrangido pelo pronunciamento técnico do CPC 06(R2)/NBC TG 06(R3) Operações de Arrendamento Mercantil.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

A taxa incremental foi aplicada ao contrato de acordo com o risco da vigência até 31/12/2027, totalizando 5,46 % a.a.

Ativo de direito de uso

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - Direito de Uso

Saldo inicial em 31/12/2022

Registro inicial em 01/01/2023 e adições

Depreciação direito de uso

Saldo final em 31/12/2023

-
2.087.020

(413.113)

1.673.907

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Passivo - arrendamento a pagar	
Saldo inicial em 31/12/2022	-
Registro inicial em 01/01/2023 e adições	2.087.020
Atualização monetária	-
Pagamentos (principal)	(394.294)
Pagamentos (juros e atualizações)	(28.940)
Juros incorridos	28.940
Saldo final em 31/12/2023	1.692.726
Passivo Circulante	525.604
Passivo Não circulante	1.167.122
Total Passivo - arrendamento a pagar	1.692.726

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, a Associação possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

Até 1 ano	525.604
Entre 1 e 5 anos	1.167.122
Total arrendamentos	1.692.726

Impacto no resultado do exercício

	31/12/2023
Despesa de depreciação - direito de uso	413.113
Apropriação de juros	28.940
Saldo final em 31/12/2023	442.053

Impacto no fluxo de caixa

	31/12/2023
Ajustes do resultado	
Depreciação de direito de uso	413.113
Apropriação de juros	28.940
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Pagamento de arrendamentos (principal)	(394.294)
Pagamento de juros dos arrendamentos	(28.940)

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	<u>926.936</u>	<u>884.424</u>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente serviços, mercadorias e contas de consumo.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer até 30 dias	926.936	884.424
Vencidos acima de 360 dias	-	-
	<u>926.936</u>	<u>884.424</u>

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
INSS	512.451	576.250
FGTS	165.624	-
PIS s/ Salários	27.276	-
	<u>705.351</u>	<u>576.250</u>

13. Provisão de férias e encargos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de férias	1.329.618	1.240.138
Encargos a recolher sobre férias	469.355	437.769
	<u>1.798.973</u>	<u>1.677.907</u>

14. Projetos a executar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Projetos a executar	-	11.772.119

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Projetos a executar--Continuação

Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Entidade, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas em confronto com as respectivas despesas de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Projetos a executar--Continuação

Projetos em andamento (Novo contrato)											
(Em reais)											
Descrição Custo	Saldos em 31/1/22	Valores Recebidos	Transferência de Projeto (e)	Recbimentos PRONAC	Recelitas Financeiras	2023			Saldos em 31/12/23		
						Consumo Imobilizado	Devolução Saldo	Transf p/ fundo		Transf p/Projeto	Consumo Projeto
GURI 04/2023	-	30.691.170	11.609.416	-	721.174	(11.137.672)	-	153.456	(31.404.584)	-	
OUTROS RECURSOS	-	29.355	-	-	-	-	-	-	(29.355)	-	
REC. DE IMPOSTOS/PROCESSOS JUDICIAIS	-	7.599	-	-	-	-	-	-	(7.599)	-	
PRONAC nº 221917	-	-	-	2.310.834	-	-	-	-	(2.310.834)	-	
Total Passivo	-	30.728.124	11.609.416	2.310.834	721.174	(11.137.672)	-	153.456	(33.752.372)	-	
Projetos em andamento (Encerramento do contrato) (Em reais)											
2023											
Descrição Custo	Saldos em 31/1/22	Valores Recebidos	Transferência de Projeto (e)	Recbimentos PRONAC	Recelitas Financeiras	Aquisição Imobilizado	Devolução Saldo	Transf p/ fundo	Transf p/Projeto	Consumo Projeto	Saldos em 31/12/23
GURI 04/2017	11.772.119	-	(12.551.714)	-	68.800	-	(6.915)	-	981.426	(263.716)	-
OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivo	11.772.119	-	(12.551.714)	-	68.800	-	(6.915)	-	981.426	(263.716)	-

(e) A coluna "Transferência de Projeto" demonstra os valores que foram transferidos do Projetos Guri encerrado em 2022, para o novo Projeto celebrado em 2023.

Descrição	2022				2023			
	Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Transf recebida. Fundo de Reserva (*)	Saldo	Devolução Saldo	Consumo (*)	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017)	16.290.220	26.956.710	1.857.830	2.010.000	(32.774.930)	(2.603.951)	11.735.879	36.240
Outros Recursos (04/2017)	23.005	13.235	-	-	-	-	-	-
Total	16.313.225	26.969.945	1.857.830	2.010.000	(32.774.930)	(2.603.951)	11.772.119	11.772.119

(*) Vêr nota explicativa nº 15

(**) Vêr nota explicativa nº 20

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Projetos a executar--Continuação

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente avaliadas pela Unidade de Informação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios quadrimestrais relativos ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestre de 2023 (do Contrato de Gestão 04/2013 - Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo), foram preparados e encaminhados para a Unidade de Formação Cultural - UFC, para a Unidade de Monitoramento - UM da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sendo o relatório do primeiro quadrimestre entregue em 20 de maio de 2024, o relatório do segundo quadrimestre em 20 de setembro de 2024 e o relatório do terceiro quadrimestre em 20 de janeiro de 2025. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em 15 de março de 2024 e as eventuais complementações ou substituições até o dia 29 de março do mesmo ano corrente.

15. Fundos de reserva/contingência

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recursos de reserva 04/2023	496.790	-
Recursos de contingência 04/2023	1.032.990	-
Total	1.529.780	-
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recursos de reserva 04/2017	-	19.138
Recursos de contingência 04/2017	-	955.149
Total	-	974.287

Veja detalhes sobre as naturezas dos fundos de reservas e contingências na nota explicativa nº 3k.

A seguir demonstramos a movimentação dos fundos em 31 de dezembro:

Fundos (Novo contrato)
(Em reais)

Descrição Custo	2023							Saldos em 31/12/23
	Saldos em 31/12/22	Valores Recebidos	Transferência de Projeto	Receitas Financeiras	Devolução Saldo	Transf p/ fundo	Transf p/ Projeto	
FUNDO DE RESERVA	-	-	-	36.424	-	613.822	(153.456)	496.790
FUNDO DE CONTINGENCIA	-	-	942.577	71.275	-	19.138	-	1.032.990
Total Passivo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>942.577</u>	<u>107.699</u>	<u>-</u>	<u>632.960</u>	<u>(153.456)</u>	<u>1.529.780</u>

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundos (Encerramento do contrato)

(Em reais)

Descrição Custo	2023							
	Saldos em 31/12/22	Valores Recebidos	Transferência de Projeto	Receitas Financeiras	Devolução Saldo	Transf p/ fundo	Transf p/ Projeto	Saldos em 31/12/23
FUNDO DE RESERVA	19.138	-	-	526	(140)	-	(19.524)	-
FUNDO DE CONTINGENCIA	955.149	-	-	6.892	(139)	-	(961.902)	-
Total Passivo	974.287	-	-	7.418	(279)	-	(981.426)	-

Descrição	2022							
	Saldos em 31/12/21	Valores Recebidos	Transferência de Projeto	Receitas Financeiras	Devolução Saldo	Transf p/ fundo	Transf p/ Projeto (a)	Saldos em 31/12/22
Recursos de reserve 04/2017 (a)	1.884.118	-	-	145.020	-	-	(2.010.000)	19.138
Recursos de contingência 04/2017	886.885	-	-	68.264	-	-	-	955.149
Total	2.771.003	-	-	213.284	-	-	(2.010.000)	974.287

(b) A entidade utilizou do recurso de R\$ 2.010.000 do Fundo de Reserva tendo como fundamento o disposto na nota 3.k.(i) – item b.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação do período

	Saldo inicial 31/12/2022	Adição (a)	Pagamentos	Baixas	Saldo final 31/12/2023
Trabalhistas	50.423	19.701	-	(67.579)	2.545

	Saldo inicial 31/12/2021	Adição	Reversão/ Pagamentos	Baixas	Saldo final 31/12/2022
Trabalhistas	84.982	41.800	(76.359)	-	50.423

Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade são de R\$209.250 em 2023 (R\$2.120 em 2022) e não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Recursos aplicados em ativos imobilizados

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3.I, os recursos aplicados na aquisição de ativo imobilizado e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, em confronto com os respectivos montantes das despesas de depreciação e amortização em consonância com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). Vide nota explicativa nº 9 Ativo imobilizado.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	838.551
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 9)	2.603.951
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 9)	(209.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.233.379</u>
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 9)	11.137.672
Baixa de imobilizado (nota explicativa nº 9)	(60.688)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 9)	(183.488)
Baixa da Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 9)	60.297
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>14.187.172</u>

18. Patrimônio líquido

O Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo apresentou em 2023 resultado deficitário de R\$ (1.097.611) e Patrimônio social de R\$ (1.097.611), e em 2022 resultado nulo e Patrimônio social nulo.

19. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração da Diretoria Estatutária. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

Os trabalhos voluntários, reconhecidos na demonstração do resultado do exercício pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, são referentes ao desempenho da função dos membros da diretoria estatutária, do Conselho para assuntos econômicos e fiscais (CAEF) e, do conselho de administração dos projetos oriundos dos contratos de gestão.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Recursos do contrato de gestão

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2023) - (Vide nota explicativa nº 14)	33.752.372	-
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017) - (Vide nota explicativa nº 14)	263.716	32.774.930
Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação	183.488	209.123
	<u>34.199.576</u>	<u>32.984.053</u>

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Pessoal e encargos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	(15.215.767)	(13.737.646)
Encargos	(6.376.459)	(6.043.450)
Assistência médica	(2.372.373)	(1.871.774)
Férias	(1.814.558)	(1.605.030)
13º Salário	(1.299.438)	(1.205.199)
Vale Refeição	(830.746)	(754.325)
Cesta Básica	(746.756)	(730.654)
Rescisão	(136.873)	(210.217)
Vale Transporte	(215.368)	(236.193)
Outros	(45.049)	(122.506)
	<u>(29.053.387)</u>	<u>(26.516.994)</u>

22. Serviços prestados por terceiros

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(1.774.938)	(2.243.223)
Suporte em infraestrutura de TI	(274.002)	(238.520)
Manutenção e conservação	(334.900)	(313.586)
Consultoria e assessoria	(108.723)	(179.684)
Auditoria	(38.390)	(90.833)
Serviços - pessoa física	(12.300)	(13.508)
	<u>(2.543.253)</u>	<u>(3.079.354)</u>

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas gerais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Materiais de consumo	(384.458)	(467.300)
Conduções e transportes	(432.837)	(401.093)
Lanches e refeições	(460.419)	(394.052)
Telefone e internet	(235.526)	(190.474)
Bens de natureza permanente	(66.120)	(117.495)
Consumo Água e Energia	(145.139)	(116.284)
Treinamento de pessoal	(72.510)	(101.672)
Despesas de seguros	(47.653)	(43.997)
Despesas c/software	(163.359)	(43.071)
Combustíveis	(37.884)	(37.323)
Viagens e estadias	(28.159)	(23.241)
Copa e cozinha	(17.570)	(20.530)
Cartórios e registros	(4.364)	(11.515)
Aquisição/compra de partituras	(15.133)	(11.418)
Despesas com veículos (licenciamento, inspeção)	(8.876)	(7.655)
Despesas legais	(101.053)	(7.547)
Correios e telegrafos	(20.083)	(7.130)
Equipamentos de proteção individual	-	(2.180)
Assinaturas	(550)	-
	<u>(2.241.693)</u>	<u>(2.003.977)</u>

24. Locações

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Locação de imóveis	(178.800)	(563.407)
Locação de equipamentos	(359.700)	(253.097)
Locação de veículos	(126.561)	(103.084)
Locação de espaço	(18.393)	(18.000)
Locação de bens moveis	-	(11.625)
Locação de partituras	-	(10.625)
	<u>(683.534)</u>	<u>(959.838)</u>

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	1.006	1.526
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento mercantil	(28.940)	-
Outras despesas financeiras	(33.820)	(18.221)
	(62.760)	(18.221)
Resultado financeiro, líquido	(61.754)	(16.695)

26. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022), a Entidade está sujeito aos fatores de:

i) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2023		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros Não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06/dez meses	01/fev anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	926.936	926.936	926.936	-	-	-
Outras Contas a Pagar	19.943	19.943	19.943	-	-	-
Total	946.879	946.879	946.879	-	-	-

31/12/2022		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros Não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06/dez meses	01/fev anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	884.424	884.424	884.424	-	-	-
Outras Contas a Pagar	91.103	91.103	91.103	-	-	-
Total	975.527	975.572	975.572	-	-	-

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Estimativa do valor justo--Continuação

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras “carve-out” foi:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.479.078	13.951.125
Recursos restritos vinculados a fundos - Aplicações financeiras	1.529.780	974.287
Outros ativos	824.902	699.432
Total	3.833.760	15.624.844

Caixa e equivalentes

A política de gestão de risco determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

Estimativa do valor justo--Continuação

ii) *Risco de crédito--Continuação*

Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.479.078	13.951.125
Recursos restritos vinculados a fundos - Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.529.780	974.287
			3.008.858	14.925.412
Passivos	Classificação		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(1.452.540)	(970.327)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		(19.943)	(82.692)
			(1.472.483)	(1.053.019)

O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Aspectos relacionados a imunidade tributária

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por ter objetivos e caráter de Assistência Social, goza da imunidade aos Impostos prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 e, para tanto, cumpre os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, quais sejam:

- (i) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- (ii) Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- (iii) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A Associação (assim como o Projeto Guri) não goza da imunidade para as contribuições da Seguridade Social prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 em razão de ainda não possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social CEBAS, estando contudo, envidando esforços para alcançá-lo. Portanto é contribuinte do INSS Cota Patrona, do PIS incidente sobre a folha de pagamento e das Contribuição para Terceiros.

28. Renúncia fiscal

A Entidade entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o art. 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção.

Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL

Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que "consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Notas explicativas às demonstrações financeiras "carve-out"--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Renúncia fiscal--Continuação

Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS

Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.

29. Cobertura de seguros (Não auditado)

De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), segue abaixo informações sobre os seguros contratados pela entidade em 31 de dezembro de 2022, como medida preventiva para cobertura de eventuais sinistros:

Seguradora	Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
Porto Seguro	Frota de Veículos	258.000	18/09/2024
Porto Seguro	Predial	20.093.814	20/06/2024
Berkley International	Responsabilidade Civil	840.000	29/05/2024

(*) Os seguros de veículos compreendem também coberturas de acidentes pessoais por passageiro (morte / invalidez), acessórios e danos a terceiros (morais, materiais e corporais).

* * *

Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Rodrigo Ronald Henrique da Silva
Contador
CRC nº 1SP-290165/O-2